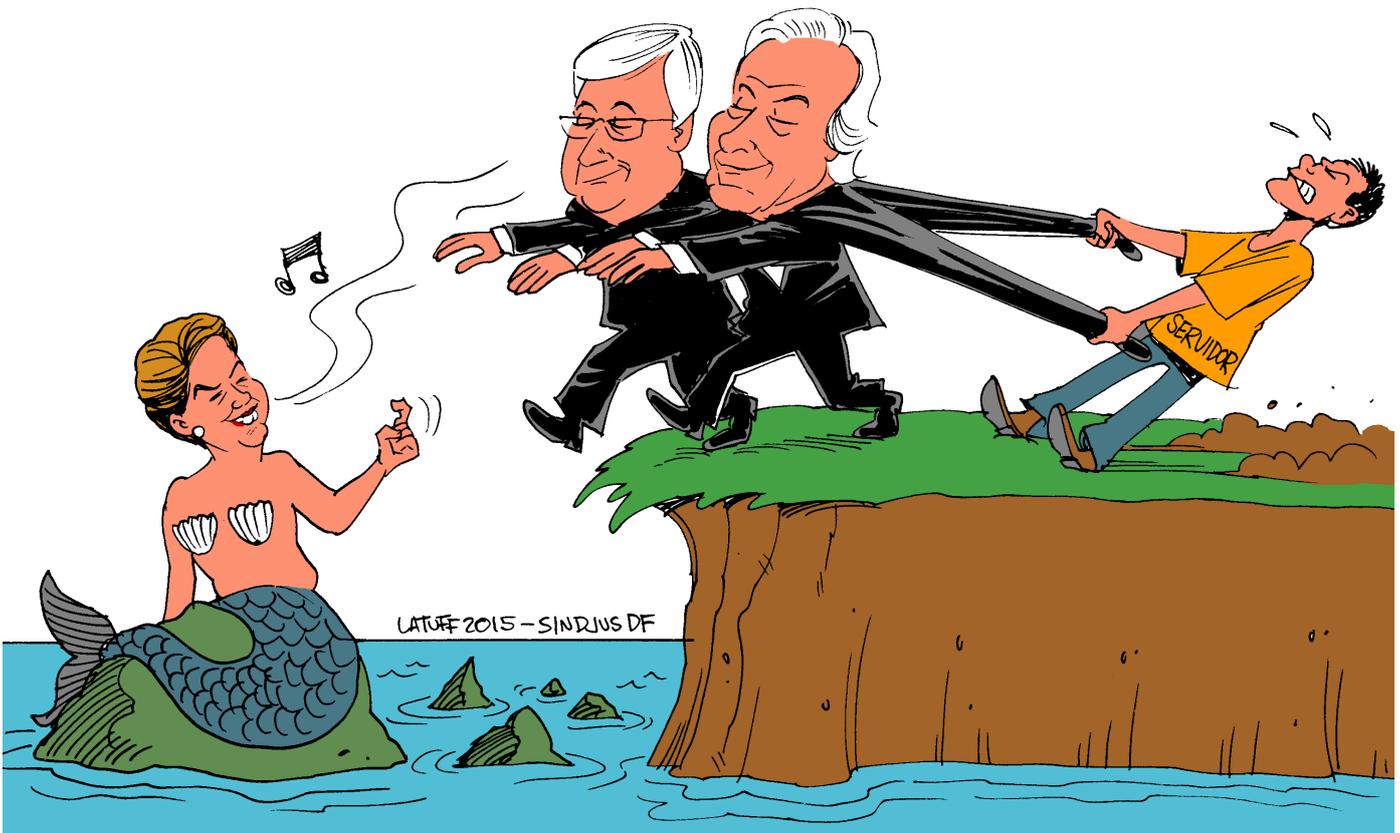


PRESSÃO SOBRE LEWANDOWSKI E JANOT DEVE SER INTENSIFICADA

A luta pelo reajuste continua



O ano de 2014 acabou, mas nossa luta pelo reajuste não ficará no ano passado. O fato de magistrados e membros do MPU terem conquistado um percentual de 15% de aumento em dezembro contra um índice de 0% da nossa categoria faz com que comecemos 2015 com a indignação necessária para seguirmos pressionando Lewandowski e Janot pela aprovação dos PLs 7919 e 7920/14.

Temos a certeza de que tudo o que podia ter sido feito em 2014, da nossa parte, foi realizado. Fizemos as articulações e pressões necessárias, mas faltou com que Lewandowski e Janot fizessem o que cabia exclusivamente a eles, isto é, arrancar o acordo da presidenta Dilma Rousseff pela aprovação dos projetos. Muito foi trabalhado com ministros de Estado e lideranças do Congresso Nacional, mas faltou o cara a cara com a chefe do Poder Executivo. E é isso que temos de cobrar.

Nossa categoria não pode ser derrotada por um governo que quer dar a nós o mesmo tratamento das carreiras que tiveram reajuste salarial nos anos que ficamos no zero. Lewandowski e Janot, depois dos compromissos assumidos com nossa valorização, não podem permitir que Dilma nos faça engolir novamente um percentual geral de reajuste que mal remedeie a inflação. Lutamos pelo reestabelecimento do nosso poder de compra, pela equiparação salarial com carreiras similares à nossa e cada vez mais distantes dos nossos contracheques.

Do ponto de vista orçamentário, o ano de 2014 ainda não acabou. O PLOA deve ser aprovado em fevereiro, o que ainda confere a probabilidade dos recursos referentes à viabilização dos PLs 7919 e 7920 serem acolhidos no Anexo V. Temos, portanto, motivos para continuar com a luta que travamos no ano passado.

Mais que nunca, a máxima “A luta

continua” nos impõe fôlego e determinação. Embora tenhamos levado uma rasteira no Congresso Nacional em dezembro, a bola ainda está em jogo. Estamos nos acréscimos, mas o placar ainda pode mudar. Tanto no futebol quanto na política, tudo é possível. No entanto, para reverter o jogo a nosso favor precisamos continuar unidos e mobilizados.



VAMOS RECEBER O ANO JUDICIÁRIO LOTANDO A PRAÇA DOS TRÊS PODERES

As boas-vindas que a nossa categoria dará aos magistrados, membros do MPU e demais autoridades que terão em 2015 contracheques bem mais gordos será um grande ato em frente ao STF. Isso mesmo, no dia **2 de fevereiro**, ocasião em que o Supremo realiza sessão solene marcando a abertura do Ano Judiciário, vamos demonstrar toda nossa indignação fazendo muito barulho na Praça dos Três Poderes. Vamos dar o nosso recado, em coro, para Lewandowski, Janot, Dilma, além dos presidentes da Câmara e do Senado: **REAJUSTE JÁ!**

PACOTE DE BONDIDADES PARA AUTORIDADES E AJUSTE FISCAL PARA SERVIDORES

No apagar das luzes de 2014, o governo concedeu pomposo reajuste para as autoridades, além da gratificação por acúmulo de função para magistrados, que já embolsam um auxílio moradia de R\$ 4.300 mensais. Tal conta será paga por nós, servidores, pois sob a batuta do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, responsável por reger os interesses dos banqueiros e do mercado, o governo Dilma vai continuar sacrificando nossos contracheques em nome da elevação do superávit primário.

Para equilibrar as contas públicas, Dilma

não pensou duas vezes antes de determinar que o ajuste fiscal fosse feito arrojando os servidores. Dilma segue irredutível e insiste em dizer não à inclusão dos recursos para aumento de servidores na LOA. Como se pode observar, data-base só para autoridades. O novo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que uma nova política de remuneração do funcionalismo será tratada pelo governo em momento oportuno. Desde já temos que deixar claro que não precisamos de esmola, mas de valorização.



CONVÊNIOS

O início do ano escolar vem aí, consulte as instituições de ensino conveniadas com o Sindjus e ganhe descontos e condições especiais!

TJDFT: NINGUÉM AINDA DEVE PAGAR HORAS

No final de 2014, os advogados do Sindjus recorreram à Portaria Conjunta 87, de 21 de novembro, que determinou a compensação dos dias parados durante a greve por meio de horas de trabalho, diferentemente da tradição do tribunal e do pedido do sindicato de que a reposição fosse colocando em dia o serviço acumulado. A insistência da administração nessa portaria reforça a tese de que para os magistrados tudo (reajuste, auxílio

moradia, gratificações) e para os servidores uma série de penalizações e metas.

Dessa forma, o Sindjus entende que, enquanto a administração não rever a Portaria ou não responder oficialmente o recurso interposto, ninguém deve pagar horas. Até mesmo porque, segundo levantamento feito pelo sindicato, mais de 90% do serviço paralisado durante a greve já foi atualizado de forma espontânea pelos grevistas.

Você conhece o
FÓRUM
SINDJUS VIRTUAL?

**ACESSE NOSSO
SITE E PARTICIPE!**